



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



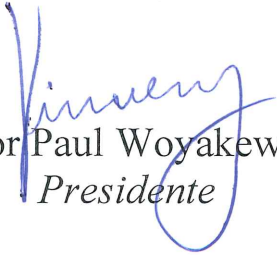
ATA Nº 300 DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP – ANO 2024 – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (16/10/2024) às 14h (quatorze horas), reuniram-se, em sessão ordinária na sala de reuniões do IPI, os conselheiros titulares a seguir nominados: Gleide Nara de Amorim (SINDIFOZ), Marcia Bertoldi Pereira (GOVERNO), Vitor Paul Woyakewicz (IPI) e Willian Meurer (CVI). Compondo o quórum, estavam presentes ainda os conselheiros suplentes João Alberto da Silva (ASPAMI), Dulcinéia Sabino (ASPMI) e Francisco Eduardo Johannsen (SINDIFOZ), a Diretora-Presidente do IPI, Sra. Maria Elisabeth Bittencourt, e o Diretor de Investimentos, Sr. Jean Polidoro. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: APROVAÇÃO DA ATA N. 299 DO CMP:** Os membros do CMP fizeram a conferência da ata nº 299, vinculada à reunião ordinária do mês de setembro de 2024, sendo aprovado o documento por unanimidade. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: ESPAÇO RESERVADO PARA O IPI:** (I) a Diretora-Presidente cumprimentou os presentes, agradeceu a participação dos conselheiros e informou que a obra de construção da nova sede do IPI segue o cronograma inicial, com a previsão de entrega no dia 15 de novembro. Na semana passada, vinte e cinco operários estavam trabalhando na obra e, agora, a equipe será reforçada. A construtora cogita a entrega até o dia 25 de novembro. O IPI trabalha com a hipótese da entrega definitiva até o dia 15 de dezembro, e planeja a possível inauguração da nova sede nos dias 20 ou 28 de dezembro; (II) A Diretora-Presidente ressaltou que o Conselho Municipal de Previdência deve elaborar um relatório de pendências para o ano de 2025, e o IPI também apresentará o seu próprio relatório. Destacou, ainda, que a sede da equipe de transição do novo governo está localizada no Hotel Sandri, e eles têm solicitado relatórios de atividades e gestão para cada unidade administrativa. A partir da análise dos relatórios, o futuro gestor da pasta iniciará o diálogo com a equipe atual. O CMP também deverá apresentar um relatório das suas atividades. Existem ainda guias e manuais que serão compartilhados, e o IPI segue

bastante tranquilo em relação à transição do governo municipal. O site institucional é completo e possui as informações dos atos, transparência, Pró-Gestão e projetos. A transição será prioridade e respeitada no âmbito do IPI. O ano será encerrado sem nenhuma pendência de contribuição patronal. Não há parcelamentos em trâmite junto ao Poder Executivo e não haverá nenhuma dívida. Os conselheiros deliberaram ainda, por unanimidade, enviar um convite para que o grupo de transição do novo governo indique um representante para a próxima reunião ordinária deste Conselho. O convite será encaminhado por intermédio de ofício e estendido também à presença nos outros conselhos (Fiscal e de Investimentos). O objetivo é compartilhar o trabalho, as atribuições do IPI e o estágio atual das matérias em debate; e (III) O Diretor de Investimentos do IPI, Sr. Jean Polidoro, fez uma breve explanação acerca do cenário econômico atual. Enfatizou que, no mês de setembro de 2024, houve uma retomada da inflação, com aumento da taxa de juros pelo Banco Central. Em relação à carteira de investimento do IPI, as notícias são boas. Até o mês de setembro, a rentabilidade do ano de 2024 atingiu 9,64%, com a meta atuarial em 7,24%; portanto, a rentabilidade está 2,4% acima da meta. Para o mês de novembro, a expectativa é que a rentabilidade fique próxima da inflação, com a desvalorização da renda variável e o equilíbrio nos títulos públicos. O patrimônio líquido do IPI está em 1 bilhão e 745 milhões de reais. Já as preocupações no cenário econômico mundial dizem respeito ao Oriente Médio (entrada ou não do Irã na guerra Israel-Palestina e o seu respectivo impacto no petróleo) e na China (com impacto direto nos mercados emergentes e também no Brasil). Outra preocupação diz respeito à Caixa Econômica Federal, que, com a redução dos financiamentos imobiliários, gerou um cenário fiscal difícil. O governo federal reduziu os valores aportados e investidos no financiamento imobiliário. Em relação ao Banco Central, a nova presidência (com Gabriel Galípolo) foi bem recebida pelo mercado, com sabatina no Congresso Nacional e início dos trabalhos pró-mercado e não pró-governo, assegurando, assim, a estabilidade na condução da economia. Por fim, no tocante à auditoria da Receita Federal no IPI em relação às letras financeiras, o resultado foi positivo e não houve apontamentos ou impugnações em relação ao registro ou compra dos títulos. Existiu apenas uma sugestão de ampliação do Comitê de Investimentos, com um número maior de participantes. O Presidente do CMP e Procurador efetivo do IPI, Vitor Paul Woyakewicz, enfatizou que a auditoria analisou questões de governança e utilizou o município de Itajaí como “case” de estudos e até para elaboração de orientações normativas a outros Regimes

Próprios de Previdência Social. Jean destacou, por fim, que em Santa Catarina, nenhum outro RPPS tem tanta letra financeira quanto o IPI. Portanto, a análise de Itajaí foi um “case” para outros “players”. O resultado da auditoria, no seu entender, foi ótimo. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: ANÁLISE E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO IPI PARA O ANO DE 2025:** A pedido da Diretoria Administrativa e Financeira do IPI, todos os Conselheiros do CMP receberam, com antecedência e por intermédio do grupo de mensagens via WhatsApp, uma cópia dos quatro arquivos que correspondem à proposta orçamentária da autarquia (“Despesa LOA 2025 IPI.pdf”, “Orçamento 2025 IPI apresentação CMP.pptx”, “Orçamento 2025 IPI para CMP Proposta Orçamentária.xls” e “Receita LOA 2025 IPI.pdf”). O estudo da matéria ficou sob a relatoria da Conselheira Marcia Bertoldi Pereira, que possui formação e experiência na área orçamentária. A estimativa das despesas administrativas totaliza o valor de R\$ 14.320.000,00, sendo R\$ 9.150.000,00 com as rubricas de apoio administrativo, R\$ 3.910.000,00 com contribuição ao PASEP, R\$ 1.000.000,00 com modernização da gestão do RPPS, R\$ 220.000,00 com sentenças judiciais e R\$ 40.000,00 para construção da nova sede do IPI. O Fundo Financeiro está previsto com R\$ 216.135.000,00, e o Fundo Previdenciário com R\$ 249.545.000,00. Portanto, o orçamento do IPI, pelas suas unidades administrativas, consolida-se da seguinte forma: taxa administrativa, fundo financeiro e fundo previdenciário, com a soma total de 480 milhões de reais. As receitas são de R\$ 293.300.000,00, aportes de R\$ 186.700.000,00, despesas em R\$ 281.655.000,00 e reserva do RPPS em R\$ 198.345.000,00. Após a exposição técnica da proposta orçamentária, a relatora (Conselheira Marcia Bertoldi Pereira) externou opinativo favorável, e os valores já estão consolidados no projeto da LOA para o ano de 2025. Ressaltou a conselheira que a rubrica da construção da nova sede continua com previsão na Lei Orçamentária, no valor de quarenta mil reais. Se houver necessidade de mais aportes, suplementa-se. Submetida a matéria à votação, houve a aprovação da proposta do orçamento 2025, por unanimidade. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE PENDÊNCIAS PARA O ANO DE 2025:** O objetivo da elaboração do Relatório é ter um documento formal que demonstre o trabalho já realizado pelo CMP, mas principalmente as pendências que deverão ser enfrentadas no ano de 2025. É um ano importante na gestão municipal em razão dos desafios na área previdenciária e, principalmente, pela transição de governo. Enfatizou-se, inicialmente, que o LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho) e o PPP (Perfil Profissiográfico

Previdenciário) são documentos fundamentais para a proteção da saúde do trabalhador e para a concessão de benefícios previdenciários. Em Itajaí, precisamos insistir na necessidade de regularização e atualização desses documentos. A solução está na Secretaria de Administração e, por isso, um relacionamento direto do IPI com o Secretário é indispensável para a boa execução dos trabalhos. Outro ponto destacado diz respeito ao relatório de cedências e licenças sem vencimento. O servidor/segurado precisa ser orientado para que faça as suas contribuições ao IPI durante o prazo de seus afastamentos. A legislação agora está mais clara, porém há necessidade de compartilhá-la e aplicá-la da forma correta. Em relação ao Conselho Fiscal, sugere-se alterar o Decreto da eleição para que os conselheiros tomem posse no dia primeiro de janeiro, com o adiantamento do processo eleitoral, que já deve estar concluído no mês de dezembro do ano anterior. Com a data da posse em primeiro de janeiro, o prazo de certificação dos novos conselheiros também será mais razoável, com o intervalo de seis meses. Outra sugestão da Diretora-Presidente foi inserir a educação previdenciária para os servidores como uma política pública permanente no relatório para o ano de 2025. Um assunto que também merece destaque no Relatório de Pendências é a devolução das contribuições previdenciária das funções e vantagens não incorporadas na remuneração do servidor. O IPI já elaborou o seu relatório e estornará o valor para a Secretaria municipal da Fazenda, a quem incumbirá o repasse para os servidores. O valor ficou em torno de um milhão e oitocentos mil reais. Há necessidade de se acompanhar a situação no ano que vem. Em relação à previdência complementar, consignou-se que o Banco do Brasil ganhou o processo licitatório. Discute-se, atualmente, a autorização para o recolhimento retroativo dos servidores que ingressaram na Administração a partir do dia 05 de julho de 2022 ou a possibilidade do recolhimento somente a partir de agora. A solução dependerá da edição de lei e aguarda-se a regulamentação das normas gerais pelo Ministério da Previdência. Esse não é um problema do IPI. A cobrança de uma solução deve ser para a Secretaria de Administração e, da mesma forma que os itens anteriores, há necessidade de acompanhar a situação no ano que vem. Sobre o Comitê de Investimentos, ressaltou-se que a lei possui a previsão de cinco vagas, estando o comitê atualmente com quatro membros. A quinta vaga deve ficar para o servidor efetivo Fernando Castellon Filho, que aguarda o resultado da sua prova de certificação para poder ingressar no colegiado. Em suma, são essas as pendências que devem constar no relatório para o ano de 2025. **QUINTO ASSUNTO DO DIA: EXPLANAÇÕES ACERCA DO PROJETO DE LEI**

COMPLEMENTAR N. 23/2024: O projeto de lei dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor público deficiente, em obediência à sentença lavrada nos autos do Mandado de Injunção n. 22.2022.8.24.0033, tramitado perante o Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Itajaí, Poder Judiciário de Santa Catarina. O projeto de lei já foi encaminhado para a Câmara de Vereadores e, na sessão legislativa do dia de ontem, baixado para análise pelas Comissões Técnicas. Com a lei, teremos a regulamentação da aposentadoria especial para os servidores deficientes, tendo em vista a necessidade de suprir a mora legislativa. A regra federal subsidiária já estava sendo aplicada pelo IPI, mas, agora com a nova lei, ter-se-á a positivação das normas no âmbito do Município. **SEXTO ASSUNTO DO DIA:** **ASSUNTOS GERAIS:** **(I)** Em relação ao 12º Congresso Brasileiro de Conselheiros do RPPS, a ser realizado nos dias 06 a 08 de novembro na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, a Diretora-Presidente do IPI ressaltou que o conteúdo do evento é relevante, porém está muito em cima da data, sendo inviável a inscrição e o envio de um participante. Ressaltou, no entanto, que nos dias 11 a 13 de dezembro de 2024, realizar-se-á na cidade de Gramado, estado do Rio Grande do Sul, o Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM. Cada conselheiro deve olhar o “link” e as informações do evento para ver se tem interesse em sua participação. A qualificação dos agentes que atuam na área previdenciária é sempre fundamental; **(II)** Em relação à minuta do novo Regimento Interno do Conselho Fiscal, oficializou-se a aprovação das últimas alterações do texto (inclusive quanto à ausência do conselheiro titular, suplente e suas justificativas em cada reunião). Com a redação aprovada, o documento deve ser encaminhado para publicação oficial no Jornal do Município; e **(III)** No dia de amanhã, às 9h, haverá o plantio das mudas de ipê amarelo na região próxima à Câmara de Vereadores de Itajaí e à nova sede do IPI, que está em construção. É um momento simbólico importante, expressivo, envolve a pauta da sustentabilidade e todos os conselheiros do IPI estão convidados para participar. Sendo o que foi discutido, eu, Willian Meurer, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 16 de outubro de 2024.


Vitor Paul Woyakewicz
Presidente

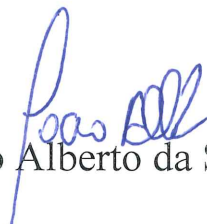

Willian Meurer
Secretário


Gleide Nara de Amorim


Marcia Bertoldi Pereira

Dulcinéia Sabino

Francisco Eduardo Johannsen


João Alberto da Silva

